

**APCEF/SP - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL
SÃO PAULO
CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 23.08.2019**

Pauta:

- 1. Informes Administrativos**
- 2. FUNCEF – Atualização**
- 3. Saúde Caixa – Atualização**
- 4. Informes 35º CONECEF – Campanha 2019**
- 5. Informes Gerais**

Constatado o quórum regimental, O Sr. Presidente **Ivan Furtado** saudou os participantes, e deu início à reunião, contando com a presença dos seguintes Conselheiros(as): Ivan Furtado, Sérgio Hideo Kaneko, Jair Marciéri Pimpinato, Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira, Antônia Pinheiro, Marcelo Lopes de Lima, Moacir Vendrame Bassan, Gilberto Macedo, Tiago Oliveira do Livramento, Ana Beatriz Lucato Cianflone, Luiza Hansen Arruda dos Santos, Dinilza Nascimento Correia, Odineide Gaspar da Silva, Edson Aparecido de Carvalho Junior, Sérgio Soares da Costa, Sérgio Rodrigues, Daniel Cortinhas, Valtair Aparecido Rosaboni, Laércio Rosa da Silva, Normando Kleber Xavier Alves, Evanildo Pereira de Souza, Maria Aparecida Brandão Queiroz, Diogo Portugal Pudles, Vinicius de Oliveira, Marcus Vinicius Ramalho, José Roberto Batista Ferreira, Leandro Tadashi Abe, Silas Henrique da Silva, James Tadeu Batalha de Goes, Maricy Yolanda Callegari Defavari, Laercio da Silva Pereira. Contamos ainda com a presença do Sr. Presidente da APCEF/SP, **Kardec de Jesus Bezerra**, da Superintendente **Vanice Rodrigues Carvalho**, do Coordenador da Assessoria Sindical **Marcos de Castro** e do Economista da Subseção do DIEESE/APCEFSP/FENAE **Valmir Gongora**.

Na sequência, procedeu-se à leitura da pauta da presente reunião pelo Secretário **Jair Marciéri Pimpinato**, sendo aprovada na íntegra.

Em seguida, solicitou fosse apreciada a ata da reunião anterior, realizada em 24.05.2019, sendo aprovada por unanimidade.

Passou-se então a apresentação dos itens da pauta:

Informes Administrativos

Compartilhados pela Superintendente da APCEF/SP, **Vanice Rodrigues Carvalho**:
Eventos programados:

23/08 a 25/08 – Excursão “Corrida Rústica Horto Florestal” – Colônia Avaré
25/08 - Competição Natação 13º Super 50 metros – Parque Ibirapuera – São Paulo
26/08 a 29/08 e 02/09 a 05/09 – Curso CPA20 SR Paulista – São Paulo
27/08 - Reunião Comissão Executiva Empregados Caixa – Brasília/DF
27/08 – Abertura Reservas para Dezembro e Natal – todas as Colônias
30/08 – Reunião Diretoria Executiva – Sede
31/08 – “1º Open Duplas de Tênis” – Clube
02/09 a 05/09 e 09/09 a 12/09 – Curso CPA20 SR Pinheiros e SR Osasco – São Paulo
03/09 – Abertura Reservas para o Ano Novo – todas as Colônias
07/09 – Torneio Preparatório de Xadrez 2019 – Clube

07/09 – Seletivas Estaduais Categoria Música Talentos FENAE – Quadra Bancários – São Paulo
 10/09 – Abertura Reservas para Novembro e Feriado – todas as Colônias
 20/09 a 22/09 – Primavera na APCEF/SP – todas as Colônias
 20/09 a 22/09 – Excursão “Salesópolis/SP” – Colônia Campos do Jordão
 20/09 a 22/09 – Excursão “Encontro Primavera” – Colônia Avaré
 24/09 a 27/09 – Excursão “1º Encontro da Felicidade” – Colônia Avaré
 28/09 a 29/09 – Jogos Aposentados APCEF/SP e APEA – Clube
 12/10 – Premiação “Concurso de Desenho” – São Paulo
 19/10 – Torneio Preparatório de Xadrez – Clube

Colônia de Suarão

01/08 a 02/09 – Fechada para manutenção

Subsede Bauru

Obras da piscina finalizada, lanchonete sendo montada bem como acessibilidade sendo concluída.

FUNCEF – Atualização

Compartilhado pelo Economista da Subseção do DIEESE/APCEF-SP/FENAE Valmir Gongora:

Planos FUNCEF: Resultados

Maio 2019

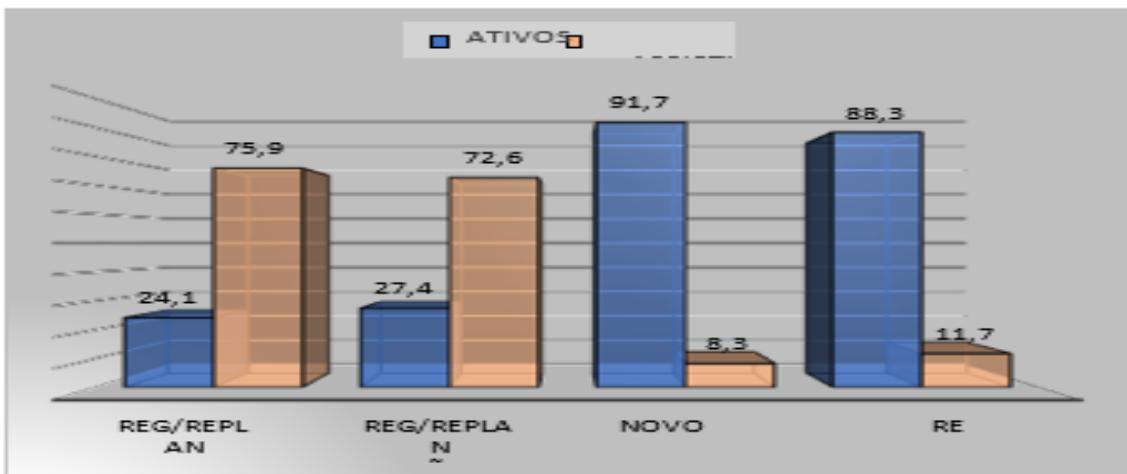
- Número de participantes da FUNCEF
- Ativos e rentabilidade em cada segmento
- Política de investimentos
- Rentabilidade
- Equacionamento
- Contencioso provável e possível

**Participantes
(base 2018)**

Quantidade de participantes	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REG/REPLAN CONSOLIDADO	NOVO PLANO	REB
a) ATIVOS	13.523	1.583	15.106	76.890	7.143
b) ASSISTIDOS (c+d)	42.497	4.197	46.694	6.918	945
c) APOSENTADOS	36.682	3.672	40.354	5.956	629
d) PENSIONISTAS	5.815	525	6.340	962	316
e) TOTAL (a+b)	56.020	5.780	61.800	83.808	8.088

Fonte: Funcef, painel de informações, consulta em 21/8/2019

Participantes (proporção)



Ativos e rentabilidade - consolidado 2018 e maio de 2019

Ativo líquido de investimentos	Consolidado				Rentabilidade
	dezembro de 2018	maio de 2019	Em mil R\$	proporção	
Renda fixa	38.744.641	40.047.975	58,80%	59,13%	3,36%
Renda variável	15.912.267	16.253.387	24,15%	24,00%	2,14%
Investimentos estruturados	1.701.992	1.726.507	2,58%	2,55%	1,44%
Investimentos imobiliários	5.941.373	5.945.981	9,02%	8,78%	0,08%
Operações com participantes	2.485.539	2.609.932	3,77%	3,85%	5,00%
Outros	1.103.022	1.138.774	1,67%	1,68%	3,24%
Total	65.890.117	67.725.191			2,79%
				meta até maio	4,34%

Rentabilidade: base maio de 2019

Taxa de juros 2019
maio de 2019

Plano	juro anual ⁽¹⁾	juro mensal ⁽²⁾	INPC	TMA ⁽³⁾	Rentabilidade
REG/REPLAN Saldado					2,98%
REG/REPLAN Não Saldado					3,77%
REB - Ativos					5,81%
REB - Assistidos					4,94%
Novo Plano - Ativos					6,07%
Novo Plano - Assistidos					5,36%

(1) taxa real - acima do INPC - definida para o ano

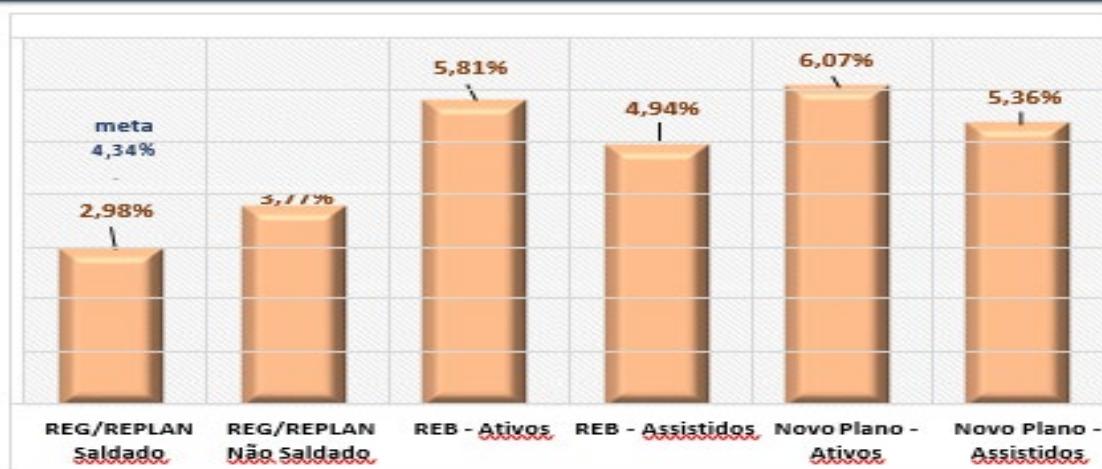
(2) taxa real - acima do INPC - relativa a maio de 2019 (5/12 da anual)

(3) Taxa Mínima Atuarial: a valorização a ser alcançada é resultado de taxa de juros x INPC até maio/2019

Fonte: Funcief

Elaboração: Dieese Subseção Apcef São Paulo

Rentabilidade: base maio de 2019



Equacionamento: situação em dezembro de 2017 e de 2018

Déficit equacionado	ano	Provisões matemáticas a constituir		variação
		2018	2019	
Reg/Replan Saldado	2014	(2.305.959.546)	(2.315.870.000)	0,4%
	2015	(7.046.223.104)	(7.093.878.000)	0,7%
	2016	(9.935.982.399)	(10.031.068.000)	1,0%
Reg/Replan Não Saldado	2015	(1.149.778.438)	(1.168.123.000)	1,6%
	2016	(810.328.926)	(832.200.000)	2,7%
total		(21.248.272.413)	(21.441.139.000)	0,9%

Fonte: FUNCEF - demonstrativo de maio de 2019

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo |

Equilíbrio técnico dos planos

Equilíbrio técnico - Valores em mil R\$	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Em dezembro de 2017	(5.598.721)	(730.629)	(225.031)	(17.563)	(6.571.945)
Exercício 2018	1.168.194	149.271	16.153	15.781	1.349.399
Déficit acumulado até 2018	(4.430.527)	(581.358)	(208.878)	(1.782)	(5.222.545)
Resultado 2019 (até maio)	(1.040.952)	16.188	4.658	4.191	(1.015.915)
Deficit acumulado até maio de 2019	(5.471.479)	(565.170)	(204.220)	2.409	(6.238.460)

crescimento do déficit: maio de 2019 em relação a dez. de 2018 23,5% -2,8% -2,2% -235,2% 19,5%

Fonte: Funcef

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

FUNCEF: contencioso perda provável – 2018 e maio de 2019

maio de 2019						
Perda provável (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldo	REG/REPLAN Não Saldo	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	660.633	161.260	20.104	2.462		844.459
Investimentos	83.813	8.851	1.259	1.282		95.204
Administrativo (FUNCEF)					16.049	16.049
Total	744.446	170.111	21.363	3.744	16.049	955.712

dezembro de 2018						
Perda provável (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldo	REG/REPLAN Não Saldo	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	634.294	177.008	20.980	2.941		835.223
Investimentos	100.137	11.229	1.468	1.527		114.360
Administrativo (FUNCEF)					15.750	15.750
Total	734.431	188.237	22.448	4.468	15.750	965.333

Variação 2018-maio/2019	1,4%	-9,6%	-4,8%	-16,2%	1,9%	-1,0%
-------------------------	------	-------	-------	--------	------	-------

FUNCEF: contencioso perda possível 2018 e maio de 2019

maio de 2019						
Perda possível (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldo	REG/REPLAN Não Saldo	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	1.930.162	412.763	86.488	8.849		2.438.262
Investimentos	1.298.769	143.888	25.282	50.300		1.518.239
Administrativo (FUNCEF)					7.838	7.838
Total	3.228.931	556.651	111.770	59.149	7.838	3.964.339

dezembro de 2018						
Perda possível (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldo	REG/REPLAN Não Saldo	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	1.941.558	418.346	83.824	9.018		2.452.746
Investimentos	1.272.395	140.682	24.575	48.405		1.486.057
Administrativo (FUNCEF)	0				8.257	8.257
Total	3.213.953	559.028	108.399	57.423	8.257	3.947.060

Variação 2017-2018	0,47%	-0,43%	3,11%	3,01%	-5,07%	0,44%
--------------------	-------	--------	-------	-------	--------	-------

Caixa: resultados e indicadores –1º trimestre de 2019

- Lucro líquido
- Variações significativas: tarifas, devedores duvidosos, despesas de pessoal, adjudicados
- Participação no mercado e operações de crédito
- Estrutura: agências, número de empregados, clientes e canais de atendimento

1º trimestre de 2019

- *Lucro contábil líquido* no 1º trimestre de 2019, R\$ 3,9 bilhões, crescimento de R\$ 729 milhões, 22,9%, na comparação com o mesmo período de 2018
- *Lucro recorrente líquido*: R\$ 3,879 bilhões, aumento de 5,8% em relação aos R\$ 3,657 bilhões do 1º Trimestre de 2018.

1º trimestre de 2019

- Imóveis adjudicados: em 2017, R\$ 6,160 bilhões; em 2018, 8,973 bilhões; em março de 2019, R\$ 8,6 bilhões
- Devedores duvidosos: R\$ 3,738 bilhões em março de 2018 e R\$ 2,827 bilhões no mesmo mês de 2019

receita de prestação de serviços e tarifas (totais e principais rubricas em fundos sociais)

Resumo tarifas (em bilhões)	1T2018	4T2018	1T2019	Δ 1T18-1T19
Tarifas bancárias	R\$ 1,669	R\$ 1,680	R\$ 1,620	-2,9%
Prestação de serviços (fundos sociais)	R\$ 1,875	R\$ 1,969	R\$ 1,929	2,8%
prestação de serviços	R\$ 2,846	R\$ 3,066	R\$ 2,990	5,1%
total de tarifas e serviços	R\$ 6,389	R\$ 6,715	R\$ 6,538	2,3%
despesa com pessoal	R\$ 5,146	R\$ 5,966	R\$ 5,693	10,6%
tarifas/despesas	1,24	1,13	1,15	

receita de prestação de serviços e tarifas (totais e principais rubricas em fundos sociais)

Resumo tarifas (em bilhões)	1T2018	4T2018	1T2019	Δ 1T18-1T19
Tarifas bancárias	R\$ 1,669	R\$ 1,680	R\$ 1,620	-2,9%
Prestação de serviços (fundos sociais)	R\$ 1,875	R\$ 1,969	R\$ 1,929	2,8%
prestação de serviços	R\$ 2,846	R\$ 3,066	R\$ 2,990	5,1%
total de tarifas e serviços	R\$ 6,389	R\$ 6,715	R\$ 6,538	2,3%
despesa com pessoal	R\$ 5,146	R\$ 5,966	R\$ 5,693	10,6%
tarifas/despesas	1,24	1,13	1,15	

receita de prestação de serviços e tarifas (totais e principais rubricas em fundos sociais)

Prest. serviços - Fundos sociais destacado	1T2018	4T2018	1T2019	proporção
FGTS	R\$ 1,266	R\$ 1,309	R\$ 1,347	69,9%
Loterias Federais	R\$ 0,309	R\$ 0,396	R\$ 0,319	16,5%
FIES	R\$ 0,118	R\$ 0,126	R\$ 0,122	6,3%
PIS	R\$ 0,120	R\$ 0,032	R\$ 0,047	2,4%
FCVS	R\$ 0,033	R\$ 0,064	R\$ 0,058	3,0%
Demais	R\$ 0,028	R\$ 0,042	R\$ 0,036	1,8%
total	R\$ 1,875	R\$ 1,969	R\$ 1,929	

Despesas de pessoal

Valores em mil R\$	Despesas com pessoal			
	1T2018	4T2018	1T2019	Δ 1T18-1T19
1) Salários	3.127.838	3.352.286	3.184.061	1,8%
2) Indenizações trabalhistas	279.446	414.937	520.507	86,3%
3) Benefícios	614.298	801.985	732.014	19,2%
4) Encargos sociais	1.099.398	1.358.720	1.233.249	12,2%
4.1) FGTS	223.006	251.850	231.574	3,8%
4.2) Previdência social	675.798	744.309	708.393	4,8%
4.3) Previdência complementar	135.220	295.825	225.744	66,9%
4.4) Outros encargos	65.374	66.736	67.538	3,3%
5) outros	25.335	37.723	23.288	-8,1%
6) total	5.146.315	5.965.651	5.693.119	10,6%

Participação no mercado

modalidade	2016	2017	2018	2019 ^(*)
Poupança	37,96%	38,36%	37,56%	37,42%
Depósitos à vista	20,84%	21,90%	16,43%	16,14%
CDB	27,04%	28,07%	13,40%	12,11%
LH/LCI	50,09%	48,35%	39,53%	36,42%
LF	12,10%	12,10%	5,45%	1,08%
Fundos de Investimentos	8,12%	8,10%	8,54%	8,54%
Carteira de Crédito Ampliada	22,37%	22,78%	21,55%	20,68%
Total Pessoa Física ⁽²⁾	32,30%	31,65%	30,28%	28,84%
Total Pessoa Jurídica ⁽²⁾	12,34%	11,92%	11,08%	10,33%
Total imobiliária	66,98%	69,03%	69,45%	68,81%
Total rural	2,99%	nd	nd	nd

(*) base março de 2019. Demais, dezembro.

Fundos de Investimentos Administrados

Segmento/Saldo	31/03/2018	31/12/2018	31/03/2019	variação em um ano
	Em bilhões			
Fundo de Ações	R\$ 16,0	R\$ 18,9	R\$ 19,1	19,0%
Fundos de investimento financeiro	R\$ 213,7	R\$ 239,0	R\$ 239,0	11,8%
Fundos de investimentos em cotas	R\$ 155,3	R\$ 179,8	R\$ 190,7	22,8%
total	R\$ 385,0	R\$ 437,6	R\$ 448,7	16,5%

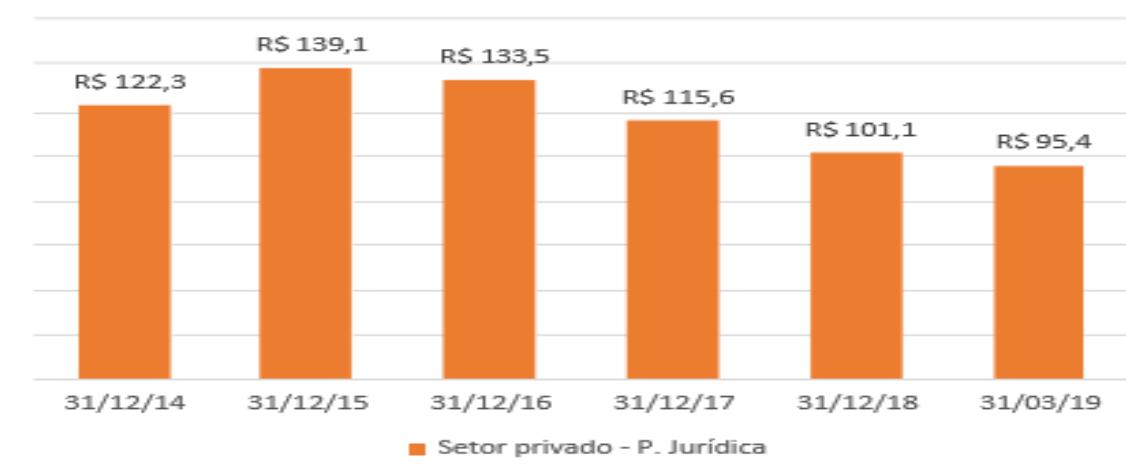
Operações de crédito saldo na data indicada (bilhões)

Em bilhões	31/12/14	31/12/15	31/12/16	31/12/17	31/12/18	31/03/19
Setor Público	R\$ 47,9	R\$ 53,2	R\$ 59,7	R\$ 57,6	R\$ 59,1	R\$ 54,4
Setor privado - P. Jurídica	R\$ 122,3	R\$ 139,1	R\$ 133,5	R\$ 115,6	R\$ 101,1	R\$ 95,4
Pessoa física	R\$ 434,8	R\$ 487,3	R\$ 516,1	R\$ 533,0	R\$ 534,3	R\$ 536,0
total	R\$ 605,0	R\$ 679,5	R\$ 709,3	R\$ 706,3	R\$ 694,5	R\$ 685,8

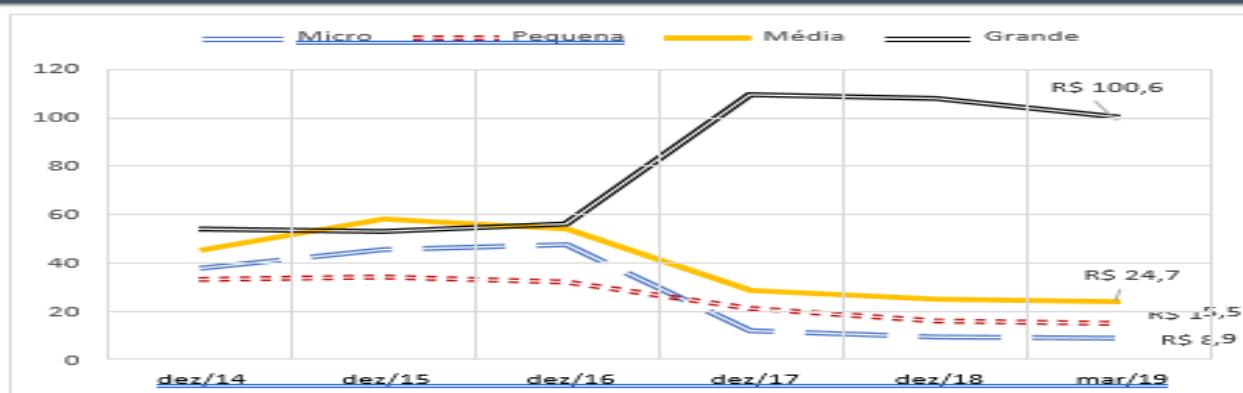
variação dez/2014-mar/2019

	nominal	real (IPCA)
Setor Público	13,5%	-12,4%
Setor privado - P. Jurídica	-22,0%	-39,8%
Pessoa física	23,3%	-4,8%
total	13,4%	-12,5%

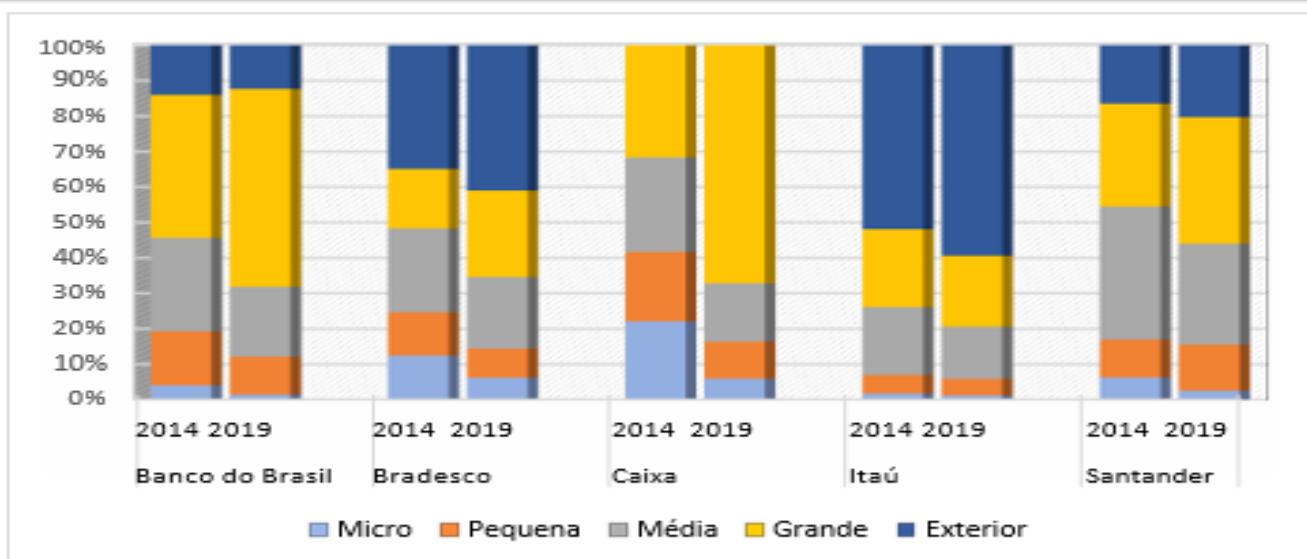
Operações de crédito da PJ saldo na data indicada (bilhões)



Operações de crédito por porte PJ saldo na data indicada (Bilhões)



Operações de crédito por porte PJ Bancos destacados: dez/14-mar19



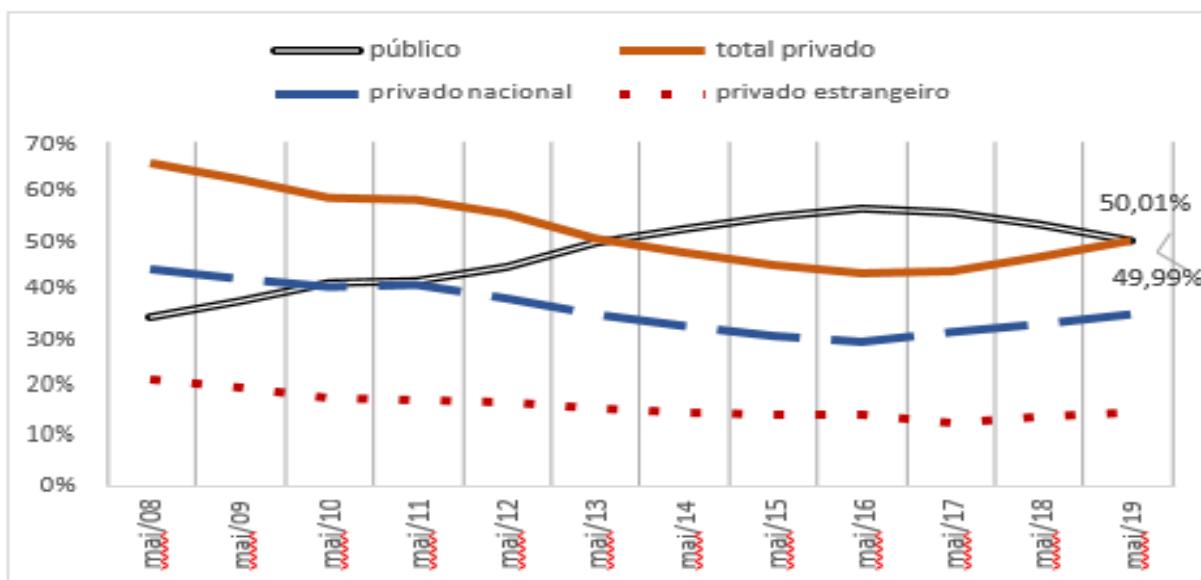
Saldo em operações de crédito

Instituição	Saldo em março do ano indicado (Em bilhões)		Variação (ano/ano anterior)	
	2018	2019		
Bradesco	R\$ 486,6	R\$ 548,3	R\$ 61,6	12,7%
Itaú Unibanco	R\$ 601,1	R\$ 647,1	R\$ 46,0	7,7%
Banco do Brasil	R\$ 678,8	R\$ 684,2	R\$ 5,3	0,8%
Santander	R\$ 353,9	R\$ 386,9	R\$ 33,0	9,3%
Caixa Econômica Federal	R\$ 700,2	R\$ 685,8	-R\$ 14,4	-2,1%

Receita de crédito

Instituição	receita de crédito - em bilhões		Variação (ano/ano anterior)	
	2018	2019		
Bradesco	R\$ 16,7	R\$ 18,9	R\$ 2,2	13,5%
Itaú Unibanco	R\$ 17,5	R\$ 19,0	R\$ 1,5	8,4%
Banco do Brasil	R\$ 18,0	R\$ 20,6	R\$ 2,7	14,9%
Santander	R\$ 12,1	R\$ 12,6	R\$ 0,5	4,2%
Caixa Econômica Federal	R\$ 19,9	R\$ 18,7	-R\$ 1,1	-5,6%

Operações de crédito por controle de capital



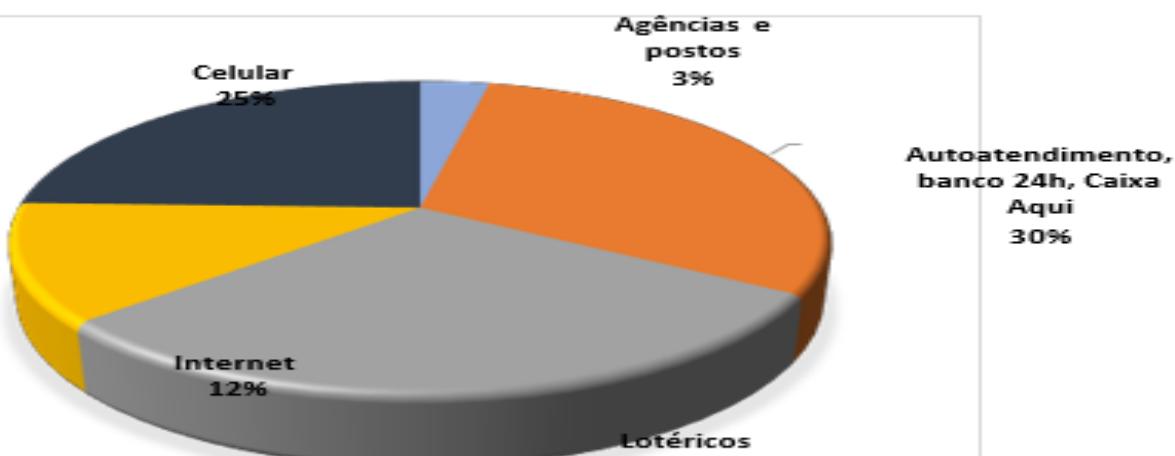
Indicadores

ano ⁽¹⁾	Empregados	Agências e postos	clientes (em milhares)	clientes por empregado	empregados por unidade ⁽²⁾
2014	100.677	4.205	78.318	778	24
2015	97.458	4.246	82.922	851	23
2016	94.978	4.249	87.075	917	22
2017	87.654	4.198	88.047	1.004	21
2018	84.952	4.170	92.663	1.091	20
2019	84.826	4.147	99.300	1.171	20

Nota (1): dezembro de cada ano, exceção a 2019, base março

Nota (2): Considerado o total de empregados, independentemente de lotação

Transações bancárias – 2018 canais utilizados



Saúde Caixa – Atualização

Compartilhado pelo Economista da Subseção do DIEESE/APCEF-SP/FENAE Valmir Gongora:

O programa de assistência à saúde dos bancários da ativa e aposentados da Caixa – o Saúde Caixa - é custeado pela empresa e pelos usuários. Na conta do dispêndio assistencial, 70% cabem à empresa e 30% aos usuários. Os 30% são integralizados por meio de mensalidades e participação, até determinado valor anual, em procedimentos como consultas, exames, internações. Despesas administrativas e tributárias são bancadas pela Caixa.

O parâmetro 70/30 é a base do modelo implantado em 2004, fruto de negociação entre a empresa e trabalhadores. Esse modelo substituiu programas mais dispendiosos aos usuários e vinha renovando-se em acordo coletivo desde então. No entanto, no instrumento para vigência de setembro de 2018 a agosto de 2020, o parâmetro, na prática, se elimina pela imposição de limite do dispêndio da Caixa.

Limite de 6,5%

Esse limite é de 6,5% da folha de pagamentos Caixa mais folha de benefícios de assistidos de planos da Funcenf, desconsiderada parcela devida pela previdência oficial. Será aplicado ao orçamento do Saúde Caixa a partir de janeiro de 2021.

Em dezembro de 2017 o porcentual fora estabelecido em estatuto da Caixa. Anunciou a empresa que, com o limite de 6,5%, se reduziriam compromissos pós-emprego – em outras palavras, da sua parte no custeio do Saúde Caixa. A alegação era facilitar o enquadramento do banco aos parâmetros de risco do Acordo de Basileia.

A aplicação dos 6,5% já é destacada pela Caixa em suas demonstrações financeiras desde a inclusão estatutária. Como consequência, o compromisso da empresa na provisão de benefícios pós-emprego, de fato, caiu. E caiu drasticamente: de R\$ 13,5 bilhões em 2016 a R\$ 9,9 bilhões em 2018, (Gráfico 1), menos R\$ 3,6 bilhões, corte de 26,8%.

Gráfico 1 - Provisão benefício pós-emprego Saúde Caixa – Em bilhões de R\$

2015 – R\$ 12,1

2016 – R\$ 13,5

2017 – R\$ 10,1

2018 – R\$ 9,9

Os 6,5% da folha representarão ao longo do tempo, como se deduz da provisão contábil da Caixa, parcela inferior à participação de 70%. Há razões para tanto:

a) Os salários não Caixa são corrigidos, a cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e eventual ganho real. Benefícios de previdência, idem.

b) Embora com tal correção, o número de empregados cai desde 2014, ano em que ultrapassou 100 mil trabalhadores concursados. Em março de 2019, último balanço publicado, eram 85 mil. Menos empregados, despesa com pessoal menor: em 2014, R\$ 17,8 bilhões. Cresceu a R\$ 22,4 bilhões em 2017, mas, em dezembro de 2018, já havia caído para R\$ 21,5 bilhões, menos 3,7%. A tendência é se reduzir mais.

d) A despesa de assistência médica cresce mais do que a folha, base para cálculo do limite de 6,5%. Embora a aplicação não seja automática a cada grupo, os indicadores na Tabela 1 apontam tendências de evolução.

Tabela 1 – variação anual, segundo indicadores destacados

ANO	INDICADOR		
	VCMH (1)	INPC (2) CAIXA (3)	PESSOAL
1. 2014	15,80%	6,23%	12,20%
2. 2015	19,30%	11,28%	10,50%
3. 2016	20,40%	6,58%	6,60%
4. 2017	19,40%	2,07%	6,50%
5. 2018	17,30%	3,43%	-3,70%
Acumulado	101,20%	25,20%	20,80%

(1): Variação do Custo Médico Hospitalar, segundo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (2): Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE, aplicado a salários e benefícios de previdência

(3): variação da despesa com pessoal na Caixa em relação ao ano anterior, segundo balanços.

Análise de consultoria

Em 13 de junho, a Caixa apresentou ao Conselho de Usuários do Saúde Caixa estudo de consultoria por ela própria contratada. Segundo a consultoria, se mantido o limite de 6,5% da folha, a parcela vertida pela Caixa para o dispêndio com assistência, prevista em R\$ 1,931 bilhão em 2020, se reduzirá a R\$ 1,475 bilhão em 2023. O limite fará com que o déficit no Saúde Caixa, estimado em R\$ 230 milhões para 2020, se eleve a R\$ 1,8 bilhão em 2023.

Tal diferença terá de ser bancada pelos usuários, o que tornará a assistência à saúde, padrões atuais, impagável. Enfim, mantido o limite de 6,5% o Saúde Caixa acabará.

Informes 35º CONECEF – Campanha 2019

O S.r. **Dionísio Reis**, dirigente sindical e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa em diálogo com os(as) Conselheiros(as) participou que o Congresso teve quatro eixos principais: combate à reestruturação e ao desmonte dos direitos; a defesa do Saúde Caixa, da Funcef e dos aposentados; contratação de mais empregados; a saúde do trabalhador e as condições de trabalho; luta contra a terceirização, verticalização e descomissionamento arbitrário e a defesa da Previdência.

Em seguida, solicitou aos participantes que compartilhassem suas opiniões:

Marcos de Castro – a Caixa está se desmanchando, os empregados não estão conscientes da situação, o grande desafio do movimento sindical é convencer os trabalhadores a se movimentarem. Como persuadi-los? No próximo ano haverá renovação do acordo coletivo e greve no atual formato torna-se ineficaz. Atualmente o grande desafio é a defesa do emprego.

Antônia Pinheiro – questão importante está sendo a contratação de Pessoas com Deficiência (PCD's), aprovadas no concurso de 2014 que só foi efetivada após decisão judicial: os gestores estarão aptos a lidar com esses trabalhadores? Em recente atividade de integração, as entidades sindicais não foram autorizadas a dialogar com eles.

Sérgio Soares – é de extrema importância a mobilização dos empregados e aproveitando a liberação do FGTS precisamos conversar com a população a respeito dos desmandos do atual governo. Muitos trabalhadores se sentirão frustrados quanto aos valores liberados.

Daniel Cortinhas – a saída de muitos empregados (em torno de 30) tem causado precarização na área de tecnologia, não se valorizando os empregados que permaneceram.

Kardec de Jesus Bezerra – a Caixa vem anunciando que parte dos empregados da área de TI será transferida para Brasília.

Dando prosseguimento, o Coordenador **Dionísio Reis** teceu alguns comentários:

A Caixa utilizará de todos os dispositivos que foram aprovados na nova legislação sobre terceirização acarretando desestruturação, esvaziamento da empresa. O governo descaradamente joga contra a instituição através de procedimentos visando seu enfraquecimento como o descomissionamento, o fim das nomeações, as avaliações subjetivas, a ingerência política, causando grande movimentação de empregados, aumentando o índice de adoecimento.

Marcus Vinicius Ramalho – reivindicou seja cobrada judicialmente o que foi acordado e não cumprido.

Dionísio Reis – sobre a judicialização, há necessidade de se avaliar politicamente, às vezes compensa seguir o trâmite da negociação. Em defesa dos bancos públicos tem se organizado audiências públicas em todo o país bem como constituída frente parlamentar envolvendo todos os partidos.

Solicita ao Conselho Deliberativo que encaminhe à Diretoria da APCEF/SP sugestão para que, juntamente com os Sindicatos e as Associações de Pessoal, seja deliberado dia de luta no próximo 13 de setembro, data do início do pagamento do FGTS. Para essa data haveria a confecção de cartazes e material a ser entregue aos trabalhadores relacionados à defesa dos bancos públicos, em especial a Caixa.

Informes Gerais

A sugestão do Coordenador Dionísio Reis foi aprovada pelo Conselho Deliberativo:

PROPOSTA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA APCEF/SP

Este Conselho Deliberativo, em reunião realizada nesta data, entende ser necessária a realização de um Dia Nacional de Luta em defesa da Caixa, por ocasião da liberação do FGTS a milhões de trabalhadores a partir de 13/09/2019.

Como os empregados estarão em contato direto com a população, materiais de divulgação como panfletos, carro de som, boletins, explicando o papel social da Caixa e a necessidade de um banco 100% público, é de fundamental importância a realização desse ato.

Para isso, conclamamos essa instituição, para que juntamente com as demais APCEF's, as entidades sindicais e dos aposentados, movimentos sociais e outros a promoverem esse Dia Nacional de Luta em 13/09/2019.

Moções aprovadas por unanimidade:

Repúdio a criminalização de movimentos sociais

Nós, Conselheiros(as) da APCEF/SP em reunião realizada dia 23.08.2019 repudiamos veementemente a operação da polícia civil de São Paulo em que foram arbitrariamente presos quatro integrantes de movimentos de moradia, numa clara perseguição e criminalização de seus líderes por lutarem por seus direitos.

Não praticaram estupro nem homicídio, ou roubaram; simplesmente estavam do lado dos mais fracos na luta por moradia. A realidade é outra: quem comete crime ambiental é nomeado ministro, quem constrói em área pública é eleito governador, e também o Brasil não merece o presidente que tem.

Repúdio à prática de crime ambiental

Nós, Conselheiros(as) da APCEF/SP em reunião realizada dia 23.08.2019 repudiamos a demissão do diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) Ricardo Magnus Osório Galvão por apresentar dados reais sobre os elevados índices de desmatamento detectados recentemente na floresta amazônica. Denunciamos a omissão criminosa do governo federal por diminuir a fiscalização e tendo sintonia com os desmatadores acaba incentivando os incêndios florestais de grandes proporções. A repercussão na mídia internacional vem acarretando reações como o corte de repasses da Alemanha e da Noruega ao Fundo Amazônia. Como consequência dessa degradação podemos citar a extinção de espécies de animais e vegetais, causando sério desequilíbrio no ecossistema, contribuindo com o aumento da poluição, a erosão do solo. E o presidente Bolsonaro, contrariando todas as evidências, disse que há fortes indícios de que as ONG's estão por trás das queimadas. A expansão do agronegócio, a mineração em larga escala, a indústria madeireira acarreta grande fragilidade socioambiental prejudicando a integridade biológica e dos ecossistemas, colocando novamente o lucro desenfreado, a ambição, a maldade a serviço da destruição de nosso planeta.

Repúdio ao Ministro Ricardo Salles

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP repudiamos a atitude do Ministro de Meio Ambiente Ricardo de Aquino Salles que em meio à crise envolvendo as queimadas na Amazônia elogia a atuação do presidente Bolsonaro quando defende a atuação de fazendeiros e garimpeiros em detrimento dos povos indígenas que tem suas terras invadidas e são passíveis de toda sorte de violência.

Concluído os assuntos pautados nesta reunião, registramos as ausências devidamente justificadas:

Ana Cristina Rodrigues Quintans

Francisco Firmino dos Santos

Thiago de Oliveira Mendonça

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente **ata** que vai assinada por:

Jair Marciéri Pimpinato

Secretário

Conselho Deliberativo APCEFSP

Ivan FurtadoSérgio

Presidente

Conselho Deliberativo APCEFSP

Hideo Kaneko

Vice-Presidente

Conselho Deliberativo APCEFSP